

Tipo Jurídico

Porte Empresarial

Normal

Nome

VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S A

Código Ato

Eventos

006

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
999	1	Ata de Assembléia Geral Ordinária / Sem Eventos (Empresa)
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR ALEXANDRE PEREIRA VELLOSO, ANTÔNIO MELKI JUNIOR E SÉRGIO GARCIA DOS SANTOS SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Deferido em 22/05/2018 e arquivado em 22/05/2018


Bernardo Feijó Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL



00-2018/104948-1

Nº de Páginas

Capa Nº Páginas

15

1/1

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S A

NIRE: 333.0032099-7 Protocolo: 00-2018/104948-1 Data do protocolo: 18/05/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 22/05/2018 SOB O NÚMERO 00003197258 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: A500E55328340691AE8CD4F431C5CFE4335CCB8110A445F94FC19BBEAE5E7902

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 1/15



VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ/MF: 23.776.376/0001-98

NIRE: 33.3.00320997

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2018

DATA, HORA E LOCAL: Em 30 de abril de 2018, às 16:00 horas, na sede da Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. ("Companhia"), na Av. Presidente Wilson, 231, salas 1003 (parte) e 1004 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, tendo em vista a presença dos acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. Presentes ainda, o Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia o Sr. Rogério Diniz de Oliveira, o Diretor Técnico da Companhia o Sr. Antonio Lisboa Salles Neto, e o representante da KPMG Auditores Independentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Assumiu a presidência o Sr. Daniel Agustín Bilat, que convidou o Sr. Leandro da Silva Reis para secretariar os trabalhos.

ORDEM DO DIA: 1) Exame e deliberação acerca das contas da administração, Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; 2) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; 3) Deliberação sobre a remuneração global dos administradores; e 4) Autorização para a administração da Companhia praticar todos e quaisquer atos para o registro e a publicação da presente nos órgãos próprios.

PUBLICAÇÕES: Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram previamente remetidos aos acionistas e publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 27 de Abril de 2018, às fls. 52, 53 e 54, e no Jornal Diário do Acionista, em 27 de Abril de 2018, às fls. 2, 3 e 4 ("Publicações").



Handwritten signatures and initials, including a circular stamp with the text 'CYMI JURIDICO' and a signature inside it.

VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ/MF: 23.776.376/0001-98

NIRE: 33.3.00320997

DELIBERAÇÕES: Diante da presença da totalidade dos acionistas, considerada sanada a falta de publicação dos anúncios, conforme autorizado pelo art. 133, §4º, da Lei 6.404, por unanimidade de votos e sem restrições, a Assembleia Geral:

(1) aprovou as contas da administração, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, conforme Publicações.

(2) aprovou a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 1.113.022,97 (um milhão, cento e treze mil, vinte e dois reais e noventa e sete centavos), que será destinado da seguinte forma: (a) R\$ 55.651,15 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e um reais e quinze centavos) serão destinados à Reserva Legal; e (b) R\$ 1.057.371,82 (um milhão, cinquenta e sete mil, trezentos e setenta e um reais e oitenta e dois centavos) serão destinados à Reserva de Lucros;

(3) aprovou que o valor da remuneração global dos administradores, corresponde a R\$0,00 (zero), conforme cartas de renúncia, Anexo II-A e Anexo II-B; e

(4) autorizou, expressamente, que a Diretoria da Companhia realize todos os atos necessários efetivar as deliberações acima.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes.

ACIONISTAS PRESENTES: firmaram o Livro de Presença de Acionistas todos os acionistas presentes nesta Assembleia Geral Ordinária, a seguir: CYMI CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A. e BRASIL ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA. Mesa: Presidente Sr. Daniel Agustín Bilat e Secretário Sr. Leandro da Silva Reis.

A presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2018.

[Assinaturas na próxima página.]



Handwritten signatures and stamps. One circular stamp contains the text 'CYMI JURIDICO'.

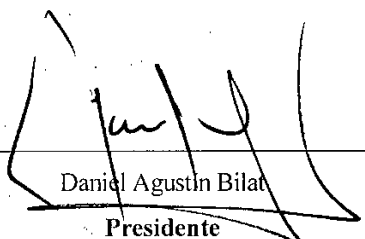
VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A.

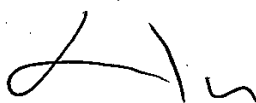
CNPJ/MF: 23.776.376/0001-98

NIRE: 33.3.00320997

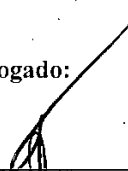
*[Página de assinaturas da ata da Assembleia Geral Ordinária da Veredas Transmissora de Eletricidade
S.A. datada de 30 de abril de 2018, às 16:00 horas.]*

MESA:

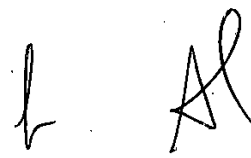
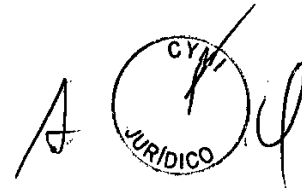

Daniel Agustin Bilal
Presidente


Leandro da Silva Reis
Secretário

Visto do Advogado:


Bruna Lage Richter
OAB/RJ 158.899



VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A.**CNPJ/MF: 23.776.376/0001-98****NIRE: 33.3.00320997****ANEXO I****ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE ACIONISTA DA VEREDAS
TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A. REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2018****ACIONISTAS****AÇÕES / QUANTIDADE**

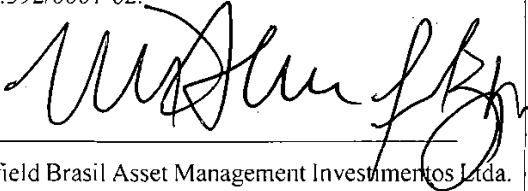
1. CYMI CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA, Seção Rio de Janeiro, sob o n.º 33.3.0027854-1, com sede nesta Cidade e Estado, na Avenida Presidente Wilson n.º 231, sala 1701, parte, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.003.107/0001-32, representada por seus diretores, Sr. Daniel Agustín Bilat, brasileiro, divorciado, industrial, portador da carteira de identidade n.º 31.038.159-5, expedida pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 058.033.087-73 e Sr. Leandro da Silva Reis, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade de n.º 1506621, expedida pelo SSP/DF e inscrito no CPF/MF sob o n.º 803.722.601-87, ambos residentes e domiciliados na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório comercial na Av. Presidente Wilson, n.º 231, sala 1701 – parte, Edifício Ausregésilo de Athayde, CEP 20030-905. ASS.: _____ Daniel Agustín Bilat ASS.: _____ Leandro da Silva Reis	500.500
---	-----------------------



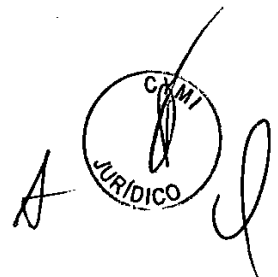
VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ/MF: 23.776.376/0001-98

NIRE: 33.3.00320997

2. BRASIL ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 578, de 30 de agosto de 2016 e inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 22.194.580/0001-38, neste ato representado por sua administradora, Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda. ("Administrador"), sociedade autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de recursos de terceiros, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacífico Tower, Bloco 2, 2º e 3º andares, salas 201 a 204 e 301 a 304, Jacarepaguá, CEP 22775-028 (Referência: Entrada pela Av. Antônio Gallotti), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.885.392/0001-62. ASS.:  Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.	500.500
TOTAL:	1.001.000



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S A

NIRE: 333.0032099-7 Protocolo: 00-2018/104948-1 Data do protocolo: 18/05/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 22/05/2018 SOB O NÚMERO 00003197258 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: A500E55328340691AE8CD4F431C5CFE4335CCB8110A445F94FC19BBEAE5E7902

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 7/15



VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ/MF: 23.776.376/0001-98

NIRE: 33.3.00320997

ANEXO II-A

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2018

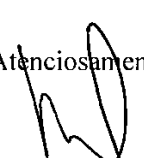
Aos
Acionistas da
Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Prezados Senhores,

Eu, Rogerio Diniz de Oliveira, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade n.º 08.056.887-6, expedida pelo DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 002.782.367-90, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson, 231, sala 1003-parte e 1004-parte, Centro, CEP: 20.030.021, nomeado para o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. nesta data, venho, pela presente, renunciar expressamente, a partir da data da minha investidura, ao direito de percepção dos honorários nessa Companhia.

Declaro, no entanto, que a presente renúncia não afetará, de qualquer forma, o desempenho, zelo e responsabilidade que o cargo exige.

Atenciosamente,



Rogerio Diniz de Oliveira



VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ/MF: 23.776.376/0001-98

NIRE: 33.3.00320997

ANEXO II-B

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2018

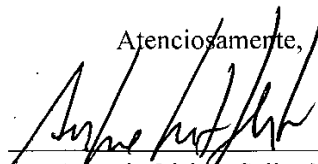
Aos
Acionistas da
Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Prezados Senhores,

Eu, Sr. Antonio Lisboa Salles Neto, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 53874/D, expedida pelo Crea-RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 544.109.327-72, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson n.º 231, sala 1004-parte, Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, RJ, CEP:20.030-021, nomeado para o cargo de Diretor Técnico da Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. nesta data, venho, pela presente, renunciar expressamente, a partir da data da minha investidura, ao direito de percepção dos honorários nessa Companhia.

Declaro, no entanto, que a presente renúncia não afetará, de qualquer forma, o desempenho, zelo e responsabilidade que o cargo exige.

Atenciosamente,


Antonio Lisboa Salles Neto



NASCENTE PUBLICIDADE
2500-9901

Rio de Janeiro, sexta-feira, 27 de abril de 2018

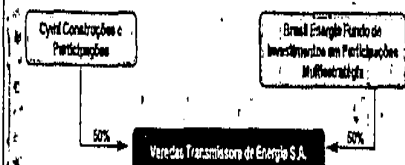
VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ nº 23.776.376/0001-98

Relatório Anual da Administração

Após Aconistas, A Administração da Companhia, Veredas Transmissora de Eletricidade S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2017 acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários. 1.1 Histórico. A Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 02/12/15 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1004 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. Sua base acionária é composta pela Cymil Construções e Participações S.A. (50%) e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multissetorial (50%). A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. 1.2 Práticas e Regulamentações. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.3 Estrutura Societária



2 Ambiente Econômico. Em 2017, a economia brasileira apresentou uma leve recuperação, quando comparada aos dois últimos anos. O Produto Interno Bruto - PIB, estimado na divulgação do Monitor do PIB elaborado pelo

Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, encerrou o ano com crescimento de 1,1% de economia (pouco acima dos 1,01% previsto pelo boletim Focus do Banco Central do Brasil), baseado nos indicadores de atividade econômica disponíveis referentes a dezembro. Na área de energia, a realização de leilões impulsionou um aumento expressivo de desembolsos do Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES no segmento de infraestrutura em 2017. O banco liberou R\$19,83 bilhões para infraestrutura (crescimento de 13%), sendo R\$19,45 bilhões para contratação de projetos ou novos financiamentos (aumento de 26%). Especificamente para energia, liberou R\$ 15,46 bilhões (crescimento de 52%) para contratações, e registrou um aumento de 69% dos desembolsos, alcançando R\$13,43 bilhões. O custo básico desses financiamentos concedidos pelo banco, a chamada Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, começou o ano a 7,5% (de janeiro a março), permanecendo a maior parte do período a 7%. Ainda falando de taxas, o desempenho de investimentos atrelados à Selic (taxa básica de juros da economia brasileira) no ano passado foi prejudicado pelo movimento de baixa da taxa que caiu de 13,65% no fim de 2016 para 6,90% no encerramento de 2017. O mesmo vies tomaram os investimentos vinculados à taxa DI (taxa de Depósito Interbancário), que, seguindo a Selic, caiu de 13,63% no fim de 2016 para 6,89% no encerramento de 2017. A taxa DI é a taxa de negociação dos CDI's (Certificados de Depósito Interbancário), calculada com base nas operações de empréstimos diários realizadas no mercado entre bancos para não encerrar o caixa diário no negativo. Apesar de ter um impacto negativo na rentabilidade dos investimentos atrelados ao indicador, a queda do DI é benéfica para as dívidas também referenciadas a essa taxa. 3 Ambiente Regulatório. No que diz respeito ao ambiente regulatório, especificamente para o segmento de transmissão, é importante destacar que trimestralmente a ANEEL emite um Relatório de Acompanhamento que tem como objetivo consolidar informações quanto ao andamento de alguns dos empreendimentos de transmissão pertencentes à Rede Básica. Esses empreendimentos são selecionados com base em uma matriz de criticidade, que considera o porte dos empreendimentos, o atraso previsto, a importância sistêmica, a necessidade de licenciamento ambiental e a geração associada. Com base no relatório emitido em dezembro de 2017, aliado às informações contidas no Sistema de Gestão de Transmissão, SIGET foi possível observar melhorias nos indicadores. O percentual de empreendimentos cuja implantação foi adiada ou ocorreu dentro dos prazos informados aumentou, enquanto que os empreendimentos atrasados reduziram. A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministé-

rio de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, a Companhia espera manter estável geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia tem risco baixo no setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos. 4 Desempenho Operacional. A Companhia encontra-se em fase de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional. A Companhia é composta pelos ativos abaixo: LT 500 KV Rio da Equas - Anjos 2 - LT 500 KV Anjos 2 - Pirapora 2 - SE 500 KV Anjos 2. 5 Desempenho Econômico-Financeiro. O desempenho econômico-financeiro, bem como o resultado das operações encontram-se apresentados nas demonstrações financeiras e notas explicativas. 6 Governança corporativa. A cada ano a Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Para o ano de 2017, destacamos a criação, implementação e forte atuação do setor de compliance Brasil. Nosso objetivo é buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo. 7 Responsabilidade ambiental e social. A Companhia opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. São desenvolvidos Programas ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. 8 Auditores Independentes. Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes (KPMG), com vigência até emissão deste relatório. Os serviços de auditoria relacionados contemplam a auditoria das Demonstrações Contábeis. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. 9 Agradecimentos. Finalmente, deixamos consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, parceiros, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Administração.

Balanco Patrimonial Em 31/12/17 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/17
Circulante		34.213
Caixa e equivalentes de caixa	4	34.029
Impostos a recuperar		135
Adiantamentos Diversos		49
Não Circulante		56.665
Ativo financeiro concessão	5	56.665
Total do Ativo		90.878
Passivo		80.897
Circulante		80.897
Fornecedores	6	2.344
Empréstimos e financiamentos	7	78.025
Obrigações fiscais		80
Partes relacionadas		448
Não Circulante		7.868
Provisões-MTM	8	2.053
Impostos Diferidos	9	5.815
Patrimônio líquido		2.113
Capital Social	10	1.001

Demonstração de Resultado Exercícios findos em 31/12/17

	Nota	31/12/17
Receita operacional líquida	11	51.423
Custo de Construção	12	(46.124)
Resultado bruto		5.299
Despesas operacionais		(33)
Serviços de terceiros		(33)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		5.266
Resultado financeiro	13	1.686
Receitas financeiras		875
Despesas financeiras		(4.455)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		1.686
Imposto de renda e contribuição social corrente		(574)
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	(574)
Lucro do exercício		1.112
Demonstração do resultado abrangente		1.112

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31/12/17 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/17
Fluxos de caixa das atividades operacionais		1.112
Lucro líquido do exercício		1.112
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Impostos Diferidos		5.814
Juros apropriados sobre dívidas financeiras		3.025
Variações nos ativos e passivos:		9.951
Aumento em adiantamentos diversos		(49)
Aumento em tributos a recuperar		(136)
Aumento em fornecedores		369
Aumento em provisões		4.028
Aumento em obrigações fiscais		80
Caixa gerado pelas (usado nas) atividades operacionais		4.292
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		14.243
Atividades de Investimentos		448
Débitos com pessoas ligadas assumidos		448
Ativo financeiro concessão		(56.663)
Disponibilidades finais, aplicadas nas atividades de investimento		56.663

das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. O critério exclusivo da ANEEL, e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

2. Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 29/03/2018. Após a sua emissão, somente os economistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são mensurados pelo valor justo. 2.4 Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos: A seguir são apresentados os principais julgamentos, efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que afetam mais significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

a. Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua estimativas que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, na determinação e classificação das partes das receitas atribuíveis aos custos de manutenção e à remuneração da construção, esta como ativo financeiro.

b. Reconhecimento do ativo financeiro: A Companhia mensura o ativo financeiro no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de remuneração do ativo financeiro é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado e utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão. O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF.

-Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro da concessão: São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da TRAF que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

c. Determinação das receitas de construção: Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção com base nos custos relativos ao serviço de construção prestado e após se margem de lucro de 3% com Gross Up de PIS e COFINS. Na contabilização da margem de lucro de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra.

d. Receita de operação e manutenção: As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção (O&M) são determinadas com base nos valores atribuídos pela Administração estimados para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

e. Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro: A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou receitas de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. A Companhia revisa as suas estimativas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

• Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não-derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável.

(f) Passivos financeiros: Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores e outros itens financeiros. Outros contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Mensuração: Após reconhecimento inicial os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

b. Análise do Valor de Recuperação dos Ativos: A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. No exercício findo em 31/12/2017, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração:

c. Provisões para contingências: Em 31/12/2017 não foi constituída provisão para contingências face à incerteza de riscos com fatos geradores incertos e/ou discussões em andamento que tenham sido avaliadas pela Administração, suportada pelos seus assessores jurídicos, como risco provável de perda. Mediante confirmação de terceiros e avaliação da Administração em conjunto com os especialistas jurídicos não observou-se contingências possíveis que sejam materiais para fins de divulgação.

2.6 Impairment de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e são reversíveis somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

No exercício findo em 31/12/2017, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou

VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ nº 23.776.376/0001-98

Relatório Anual de Administração

Aos Acionistas, A Administração da Companhia, Veredas Transmissora de Eletricidade S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis relativo ao exercício de 2017 acompanhado do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

1.1 Histórico. A Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 02/12/15 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1004 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. Sua base acionária é composta pela Cymil Construções e Participações S.A. (50%) e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (50%). A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Integrado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de produção, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

1.2 Práticas e Regulamentações. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e das normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.3 Estrutura Societária



2 Ambiente Econômico. Em 2017, a economia brasileira apresentou uma leve recuperação, quando comparada aos dois últimos anos. O Produto Interno Bruto - PIB,

estimado na divulgação do Monitor do PIB elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, encerrou o ano com crescimento de 1,1% da economia (pouco acima dos 1,01% previsto pelo boletim Focus do Banco Central do Brasil), baseado nos indicadores de atividade econômica disponíveis referentes a dezembro. Na área de energia, a realização de leilões impulsionou um aumento expressivo de desembolsos do Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES no segmento de infraestrutura em 2017. O banco liberou R\$19,83 bilhões para infraestrutura (crescimento de 13%), sendo R\$19,45 bilhões para contratação de projetos ou novos financiamentos (aumento de 26%). Especificamente para energia, liberou R\$ 15,48 bilhões (crescimento de 52%) para contratações, e registrou um aumento de 83% dos desembolsos, alcançando R\$13,43 bilhões. O custo básico desses financiamentos concedidos pelo banco, a chamada Taxa de Juros de Longo Prazo - T.JLP, começou o ano a 7,5% (de janeiro a março), permanecendo a maior parte do período a 7%. Ainda falando de taxas, o desempenho de investimentos atrelados à Selic (taxa básica de juros da economia brasileira) no ano passado foi prejudicado pelo movimento de baixa da taxa que caiu de 13,65% no fim de 2016 para 6,90% no encerramento de 2017. O mesmo veio lomarm os investimentos vinculados à taxa DI (taxa de Depósito Interbancário), calculada com base nas operações de empréstimos diários realizadas no mercado entre bancos para não encerrar o caixa diário no negativo. Apesar de ter um impacto negativo na rentabilidade dos investimentos atrelados ao indicador, a queda do DI é benéfica para as dívidas também referenciadas a essa taxa. 3 Ambiente Regulatório. Na que diz respeito ao ambiente regulatório, especificamente para o segmento de transmissão, é importante destacar que trimestralmente a ANEEL emite o Relatório de Acompanhamento que tem como objetivo consolidar informações quanto ao andamento de alguns dos empreendimentos de transmissão pertencentes à Rede Básica. Esses empreendimentos são selecionados com base em uma matriz de criticidade, que considera o porte dos empreendimentos, o atraso previsto, a importância sistêmica, a necessidade de licenciamento ambiental e a geração associada. Com base no relatório emitido em dezembro de 2017, aliado às informações contidas no Sistema de Gestão de Transmissão - SIGET foi possível observar melhorias nos indicadores. O percentual de empreendimentos cuja implantação foi atendida ou ocorreu dentro dos prazos informados aumentou, enquanto que os empreendimentos atrasados reduziram. A meta da setor de transmissão no Brasil, n.º orden nos leilões de transmissão promovidos

pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nos revisões periódicas das tarifas aprovadas). Nesse contexto, a Companhia espera manter estável geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia tem risco baixo no setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos. 4 Desempenho Operacional. A Companhia encontra-se em fase de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional. A Companhia é composta pelas áreas: LT 500 KV Rio das Águas - Ativos 2; LT 500 KV Ativos 2 - Pirapora 2; SE 500 KV Ativos 2. 5 Desempenho Econômico-Financeiro. O desempenho econômico-financeiro, bem como o resultado das operações encontram-se apresentados nas demonstrações financeiras e notas explicativas. 6 Governança corporativa. A cada ano a Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Para o ano de 2017 destacamos e citamos, implementação e forte atuação do setor de compliance Brasil. Nosso objetivo é buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sinergia com os propósitos do Grupo. 7 Responsabilidade ambiental e social. A Companhia opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. São desenvolvidos Programas ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. 8 Auditores Independentes. Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), com vigência até emissão deste relatório. Os serviços de auditoria relacionados contemplam a auditoria das Demonstrações Contábeis. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. 9 Agradecimentos. Finalmente, deixamos consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, parceiros, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Administração.

Balanco Patrimonial Em 31/12/2017 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/17
Circulante		34.213
Caixa e equivalentes de caixa	4	34.029
Impostos a recuperar		135
Adiantamentos Diversos		49
Não Circulante		56.655
Ativo financeiro concessão	5	56.655
Total do Ativo		90.878
Passivo		90.878
Circulante		80.827
Fornecedores	6	2.344
Empréstimos e financiamentos	7	78.025
Obrigações fiscais		80
Partes relacionadas		448
Não Circulante		7.869
Provisões-MTM	8	2.053
Impostos Diferidos	9	5.815
Patrimônio líquido		2.112
Capital Social	10	1.001
Reserva de Lucros		1.112
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		90.878

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional: A Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. ("Companhia"), controlada pela Cymil Construções e Participações S.A. e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2/12/15 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1004-Centro-20.030-021-Rio de Janeiro-RJ. A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Trans-

Demonstração de Resultado Exercícios findos em 31/12/17

	Nota	31/12/17
Resultado operacional líquido	11	51.423
Custo de Construção	12	(46.124)
Resultado bruto		5.299
Despesas operacionais		(33)
Serviços de terceiros		(33)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		5.266
Resultado financeiro	13	13
Rendimentos financeiros		875
Despesas financeiras		(4.455)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		1.686
Imposto de renda e contribuição social corrente		(14.574)
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	(574)
Lucro do exercício		1.112
Demonstração do resultado abrangente		31/12/2017
Exercício findo em 31/12/17 (Em milhares de Reais)		1.112
Lucro líquido do exercício		1.112
Outros resultados abrangentes		0
Total do resultado abrangente do exercício		1.112
Demonstração da mutação do patrimônio líquido		Exercícios findo em 31/12/17 (Em milhares de Reais)
Reserva de Lucros		Lucros
Capital Reserva Reservas acumu-		
Nota social Legal de Lucros Index Total		

Demonstração dos Fluxos de Caixa Em 31/12/17 (Em milhares de Reais)

	31/12/17
Fluxos de caixa das atividades operacionais	1.112
Lucro líquido do exercício	1.112
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:	
Impostos Diferidos	5.814
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	3.025
Variações nos ativos e passivos:	9.951
Aumento em adiantamentos diversos	(49)
Aumento em tributos a recuperar	(136)
Aumento em fornecedores	369
Aumento em provisões	4.028
Aumento em obrigações fiscais	80
Caixa gerado pelas (usado nos) atividades operacionais	4.287
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	14.243
Atividades de Investimentos	(56.215)
Débitos com pessoas ligadas assumidos	448
Ativo financeiro concessão	(56.655)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(56.215)
Atividades de Financiamentos	1.001
Aumento de capital	1.001
Empréstimos e financiamentos obtidos	75.000
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos	76.001
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	34.029
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	34.029
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício	34.029
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	34.029
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	34.029

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais)

1. Contorno Operacional: A Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. ("Companhia"), controlada pela Cyma Construções e Participações S.A. e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multissetorial, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21/12/15 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1004-Centro-20.030-020-Rio de Janeiro-RJ. A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica na Rede Básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). 1.1 Da concessão: Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 17/17-ANEEL, datado de 10 de fevereiro 2017, foi outorgada à Companhia a concessão do Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos: - LT 500 kV Rio das Equas-Arinos 2 C1-230 km; - LT 500 kV Arinos 2-Parapara 2 C1-221 km; - SE 2.500 kV Arinos. O Contrato de Concessão exige a entrada em operação comercial em no máximo 36 meses após a assinatura do contrato. Atualmente a Companhia encontra-se em fase de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$ 130.510 para lucros e prejuízos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA. Os montantes que serão tributados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: - Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)-Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL, e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional; - Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D)-Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida; - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)-O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários do desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional; - Ministério de Minas e Energia (MME)-Recorrimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidráulicos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. A Transmissora deverá executar retrofits e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 443/11, autorizando as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir no concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL, e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 9º e 11 da Lei nº 12.789/12, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato. 2. Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Diretoria em 29/03/18. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2 Modelo funcional e modo de apresentação: Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.3 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo. 2.4 Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Julgamentos: A seguir são apresentados os principais julgamentos, efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que afetam mais significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. a. Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua estimativas que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicação da interpretação dos contratos de concessão, na determinação e classificação das

Outros resultados abrangentes

Total do resultado abrangente do exercício

1.112

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findo em 31/12/17 (Em milhares de Reais)

	Capital	Reserva	Reservas acumuladas	
	Legal	Legal	de Lucros	Total
Saldo em 31/12/16				
Integralização de Capital	1.001			1.001
Lucro líquido do exercício			1.112	1.112
Distribuição de lucros à				
Reserva legal		56	(56)	
Reserva de lucros a realizar			1.056	(1.056)
Saldo em 31/12/17	1.001	56	1.056	2.113

região do ativo financeiro é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado e utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão. O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela T-RA-Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da TRAF que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão. c. Determinação das receitas de construção: Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção com base nos custos relativos ao serviço de construção prestado e apura-se margem de lucro de 3% com Gross Up de PIS e COFINS. Na contabilização da margem de lucro da construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. d. Receita de operação e manutenção: As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção (O&M) são determinadas com base nos valores atribuídos pela Administração estimados para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada dois anos durante o prazo da concessão. e. Determinação da taxa efetiva do juro do ativo financeiro: A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebidos de caixa futuro durante a vida esperada do instrumento. A Companhia revisa as suas estimativas das pagamentos ou receitas, a quantia escatada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o efeito presente do ajuste reconhecido como receita ou despesa resultante no momento da mudança. f. Avaliação de instrumentos financeiros: A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 15 descreve informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas. g. Impostos, contribuições e tributos: Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia contabiliza provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. O imposto de renda é a contribuição social diferida, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. A Companhia foi constituída em 02/12/15, porém, não ocorreram registros contábeis relevantes nos exercícios de 2015 e 2016. 2.5 Principais políticas contábeis: As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: a. Instrumentos financeiros: A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão e outros bens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou recebida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. Mensuração: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos no demonstração do resultado. - Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. (ii) Passivos financeiros: Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores e outros bens financeiros, outros créditos a pagar e empréstimos e financiamentos. Mensuração: Após reconhecimento inicial os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. b. Análise do valor de recuperação dos Ativos: A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando

empréstimos e financiamentos

Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades do financiamento

76.001

Pagamentos de empréstimos e financiamentos

Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa

34.029

Caixa e equivalente caixa no fim do exercício

34.029

Caixa e equivalente caixa no início do exercício

34.029

Aumento no caixa e equivalentes de caixa

34.029

passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa do juro aplicável, e em certos casos implícitos, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, c. Provisões para contingências: Em 31/12/17, não foi constituída provisão para contingências face à inexistência de riscos com fatos geradores incertos e/ou discutíveis em andamento que tenham sido avaliadas pela Administração, suportada pelos seus assessores jurídicos, como risco provável de perda. Mediante confirmação de terceiros e avaliação da Administração em conjunto com os especialistas jurídicos não observou-se contingências possíveis que sejam materiais para fins de divulgação. 2.8 Impairment de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e o valor contábil líquido é reduzido em que o valor contábil do ativo ou da UGC não excede o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução do valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comparáveis, entre partes não relacionadas e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Evidência objetiva de redução significativa do valor do ativo: - Mudanças tecnológicas, do mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo; - Aumento das taxas de juros praticadas no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia; - O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas opções no mercado; - Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; - Descontinuidade ou reestruturação de operação à qual um ativo pertence; - Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. No exercício findo em 31/12/17, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou análise para seus ativos. 2.7 Concessão do serviço público (ativo financeiro): O Contrato de Concessão dos Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente-Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia e (a) estabelece que no final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização e (b) regula o preço através do mecanismo Remuneração Anual Permitida (RAP). Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, a Administração entende que estão atreladas as condições para a aplicação da interpretação Técnica ICP-01-Contratos de Concessão, à qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo: (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; (b) Parcela referente a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. Esses valores são mensurados pelo método de fluxos de caixa futuros estimados de tarifas (RAP), descontados pela taxa interna de retorno do projeto. (c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. (d) Reconhecimento da Receita Financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativo à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão determinada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. 2.8 Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre os juros (amortização do ativo financeiro), oriundo dos valores do fluxo de caixa futuros projetados avaliados a valor justo que compõe o ativo financeiro da Companhia. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda, sobre a base tributável excedente a R\$ 240 e 9% para contribuição social sobre a base do cálculo tributável. Os impostos diferidos são reconhecidos

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S A

NIRE: 333.0032099-7 Protocolo: 00-2018/104948-1 Data do protocolo: 18/05/2018

CERTIFICÓ O ARQUIVAMENTO em 22/05/2018 SOB O NÚMERO 00003197258 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: A500E55328340691AE8CD4F431C5CFE4335CCB8110A445F94FC19BBAE5E7902

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



de acordo com as premissas estabelecidas nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 29/03/18. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos: A seguir são apresentados os principais julgamentos, efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que afetam mais significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

a. Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua estimativas que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, na determinação e classificação das parcelas das receitas atribuíveis aos gastos de melhoria e manutenção e à remuneração da construção, esta como ativo financeiro.

b. Reconhecimento do ativo financeiro: A Companhia mensura o ativo financeiro no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de remuneração é determinada com base no custo de oportunidade da Companhia. A Companhia reconhece um ativo financeiro quando os fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

Mensuração: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros: Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores e outros itens financeiros, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Mensuração: Após reconhecimento inicial os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

b. Análise do Valor de Recuperação dos Ativos: A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. No exercício findo em 31/12/17, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos é mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros descontados pela taxa interna de retorno do projeto.

(c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.

(d) Reconhecimento da Receita Financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através dos fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão determinada pelo Operador Nacional do Setor Elétrico-ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

2.8 Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre os juros (atualização do ativo financeiro), oriundo dos valores do fluxo de caixa futuros projetados avaliados a valor justo que compõe o ativo financeiro da Companhia. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas da adicional de 10% para o imposto de renda, sobre a base tributável excedente a R\$ 240 e 9% para contribuição social sobre a base de cálculo tributável. Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às di-